

Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IX

*Professor
catedrático
(aposentado)
do Instituto de
Arqueologia da
Universidade de
Coimbra

Jorge de Alarcão*

O autor escreve
segundo o Acordo
Ortográfico de 1945

Resumo O presente artigo será o último de uma série que temos vindo a publicar nesta revista desde 2004 com o título genérico de Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia.

Parecem-nos mais relevantes, neste artigo, as seguintes notas: sobre um suposto miliário de Campo Maior, que poderá ser, afinal, um *terminus augustalis* de Augusta Emerita; sobre o estranho nome de *Catraleucus* da Geografia de Ptolemeu; sobre os *numina Lapitearum* de Panóias (Vila Real); sobre o aqueduto romano de *Aeminium* (Coimbra); sobre o desaparecido convento de S. Domingos de Coimbra.

Abstract The present paper will be the last of a series published in this journal since 2004 under the general title of Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia (Notes on archaeology, epigraphy and toponymy).

The most relevant notes in the present paper are the following ones: on a supposed Roman milestone from Campo Maior, here interpreted as a possible *terminus augustalis* of Augusta Emerita; on the strange place-name *Catraleucus* in Ptolemy's Geography; on the *numina Lapitearum* of Panóias (Vila Real); on the Roman aqueduct of *Aeminium* (Coimbra); on the lost medieval monastery of S. Domingos (Coimbra).

59. As padieiras epigrafadas da Citânia de Briteiros

Guardam-se no Museu da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães) duas peças decoradas e epigrafadas que foram vergas de portas de casas da Citânia de Briteiros (Cardozo, 1972, pp. 4, 10; Redentor, 2011, n.ºs 173 e 174).

Ambas estão incompletas. Na Fig. 1 apresentamos uma proposta de reconstituição.

Numa das peças lê-se CAMALI. Deve entender-se: [Casa] de Camalo ou [Esta casa é] de Camalo. Na outra, CORONERI CAMALI DOMVS. Significará: [Esta casa é] de Coronero, da família de Camalo. *Domus* não tem aqui o sentido de “residência”, mas de “família” (Alarcão, 2018, pp. 63–64).

É possível que o *Camalus* da primeira peça seja o mesmo *Camalus* de quem *Coronerus* se declara filho ou descendente. Neste caso, e porque a padieira da casa de Coronero é maior e mais decorada do que a da casa de Camalo, podemos supor que, de uma geração a outra, a família cresceu em *status* e abundância de bens.

Isto, porém, não é óbvio. Nada proíbe a hipótese de, em Briteiros, ter havido dois (ou mais) *Camali* sem relações familiares. Por outro lado, tendo sido comum a transmissão de nomes de avós a netos, também não podemos dizer, com segurança, que se reportam ao mesmo *Camalus* todas as atestações do nome na Citânia de Briteiros.

Neste sítio recolheram-se duas lajes, numa das quais se lê *Camal(i?)* e, na outra, *Camali*. Aparentam ter sido marcos de propriedade (Redentor, 2011, n.ºs 180 e 181). Reportam-se ao *Camalus* de quem *Coronerus* se diz descendente?

Um *Camalus*, filho de *Melgaecus*, foi *sacerdos Romae et Aug(usti) Caesar[ris]* em *Bracara Augusta* (CIL II 2426; Redentor, 2011, n.º 166). É possível que tenha pertencido à família de *Coronerus*.

Numa outra inscrição da Citânia de Briteiros, que também aparenta ter sido padieira de porta, lê-se: *Camali domi/Caturo* (Cardozo, 1972, p. 10; Redentor, 2011, n.º 183).

Na Citânia recolheram-se igualmente diversas marcas figulinas de um *Arc(ius)*, *Arg(ius)* ou *Arc(co)* filho de um *Camalus* (Silva, 1986, Est. LXIV).

Podemos citar, ainda de Briteiros, inscrições

rupestres onde se lê o nome de *Camalus* (Redentor, 2011, n.ºs 345, 346 e 347). A última é enigmática: *Coru /...abe... / Medamus / Camali* (Encarnação, 1975, p. 145). Terá sido este mesmo *Medamus* quem consagrou uma inscrição a *Bormanicus* em Caldas de Vizela (Encarnação, 1975, p. 145; Redentor, 2011, n.º 35)?

Se não podemos duvidar da relevância social de um *Camalus* de Briteiros, é mais difícil estabelecer uma segura árvore genealógica. Deixemos, pois, estas duvidosas relações familiares para, voltando às padieiras, nos interrogarmos sobre as portas em que elas se encontrariam.

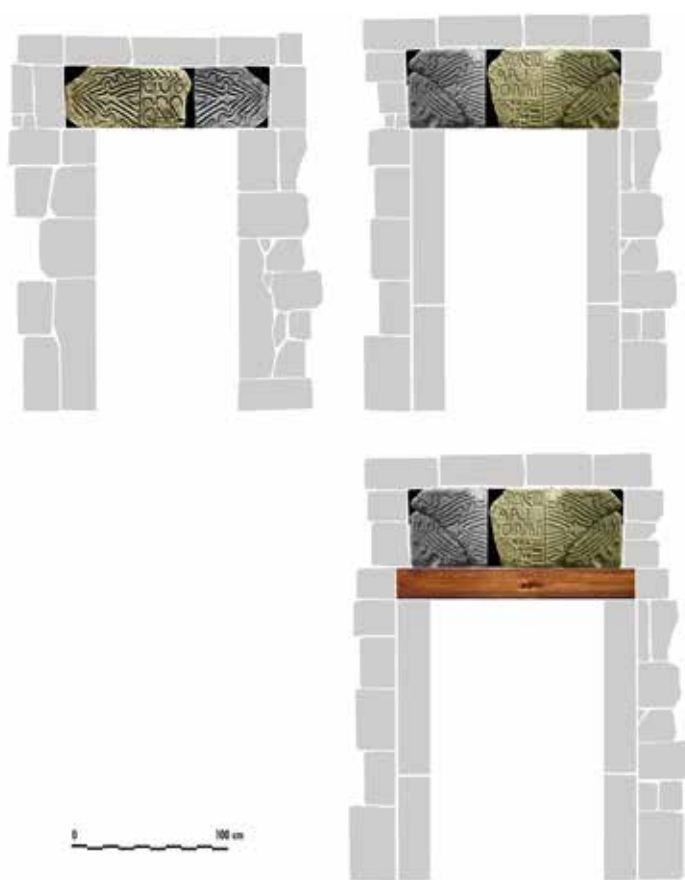


Fig. 1 – Reconstituição hipotética de portas da Citânia de Briteiros.

Na Citânia de Briteiros, como em outros castros contemporâneos, uma unidade doméstica ou residencial compunha-se de maior ou menor número de casas redondas e de casas quadrangulares. Armando Coelho (Silva, 1986, p. 46) estudou a composição destas unidades em Sanfins e, num bem elaborado quadro, representou as variantes.

Um muro, eventualmente alto, distinguindo as unidades umas das outras e garantindo a sua privacidade, circundava o conjunto (Alarcão, 2018,

pp. 59–63).

Temos, pois, de considerar portas em cada “casa”, redonda ou quadrangular, e uma porta ou portão no muro perimetral.

Não temos dados seguros sobre as dimensões das portas das “casas” — que, aliás, podiam ser variáveis. Mário Cardozo (1972, pp. 186, 178–179) admitiu uma largura de 0,84 m para uma porta de Briteiros e 0,97 m de largura por 1,75 m de altura para uma outra da Cidade de Âncora.

Nos nossos desenhos optámos por uma (hipotética) largura de 0,90m e altura de 1,80m para as portas de *Camalus* e de *Coronerus*.

Com estas dimensões para o vão, as padieiras podiam apoiar-se nas ombreiras.

Não parece fazer, porém, muito sentido imaginar as padieiras nas portas das casas redondas ou quadrangulares. Provavelmente, estas peças estariam nas portas ou portões dos muros perimetrais, para serem vistas, não pelos da família, mas pelos outros, pelos estranhos, pelos vizinhos.

Ora, para estes portões, uma largura de 0,84 m ou de 0,97 m parece diminuta. Mesmo que no recinto não entrassem carros (e possivelmente entrariam), os portões deviam ser suficientemente largos para permitir fácil entrada de gente com largos fardos de palha ou de lenha.

Acresce que nas padieiras decoradas não vemos sinais de furações nas quais pudessem funcionar os coucilhos ou coucelos das portas.

Isto leva-nos a pensar que aquelas pedras poderiam apoiar-se num barrote de castanho ou carvalho, como representamos na Fig. 1.

60. Um miliário ou um *terminus augustalis* de Mérida em Campo Maior?

Rogério Carvalho (1988) publicou, como miliário, uma “coluna” de granito que nessa altura se encontrava no Museu Municipal de Campo Maior, com uma inscrição de difícil leitura por se achar muito gasta e, aparentemente, regravada. Deu do texto a seguinte leitura:

DOMI / NIAVS / IM ASNNE / NTFIIG / EMERI / TE

O autor atribuiu o “miliário” a Domiciano, restituiu *Avg(ustus)* na segunda linha e sugeriu *Pontifex* na quarta linha. Afirmou ainda: “*Emerite* não padece dúvida — pelo menos à primeira vista”.

A leitura foi reproduzida em *AE*, 1988, n.º 686 — onde, de forma pouco explícita, parece sugerir-se tratar-se de “borne du IV^e siècle”.

José d’Encarnação (1989, p. 12) reproduziu a leitura de Rogério Carvalho e a classificação da peça como miliário.

A mais antiga notícia desta coluna encontra-se nas *Memórias Paroquiaes de 1758*:

“Neste sítio [a capela de S. Pedro de Campo Maior] estão umas colunas de pedra, obra que parece ser dos Romanos, com vários caracteres que já se não podem ler e apenas em uma delas se percebe a palavra EMERITENCIS e o tempo tem descoberto neste lugar outros sinais de edifícios” (Carvalho, 1988, n. 1).

Por Campo Maior (ou pelas imediações) passava uma das vias de *Olisipo* a *Augusta Emerita* (Alarcão, 2006, pp. 229–230; Mantas, 2012, p. 171). Miliários da zona terão sido reunidos (quando?) no sítio da capela de S. Pedro. Um desses miliários, hoje perdido, conhece-se através de cópia: trata-se de miliário de Severo Alexandre, gravado entre 222 e 225 (Encarnação, 1988).

No “miliário” publicado por Rogério Carvalho causa-nos estranheza a leitura *Emerite*. A tratar-se de miliário, deveríamos ter [Ab] *Emerita*.

A estranheza acentua-se com a leitura *Emeritencis* do pároco de 1758. Acaso seria *Emeritensium* o que estaria gravado na “coluna”? Em vez de miliário, a “coluna” seria um *terminus augustalis*?

A região de Campo Maior / Elvas poderia ser uma *praefectura* de *Augusta Emerita* (Alarcão, 1999, pp. 74–75; Gorges & Rodríguez, 2004).

A “coluna” de Campo Maior merece novo exame. Há muitos anos, numa passagem pela vila, procurámos a peça, mas não conseguimos localizá-la. Aliás, se a tivéssemos encontrado, provavelmente não teríamos conseguido ler de outro modo a inscrição. Hoje, porém, há processos de fotografia para recuperação de inscrições muito gastas de que Rogério Carvalho não podia dispor.

61. Como se pode entender *Catralaucus*?

Na *Geographia* de Ptolemeu II, 5, menciona-se, entre os Célticos da *Lusitania*, um lugar que, nos manuscritos da obra, surge como *Katralaukós*, *Katrà Leukós* ou *Katáleukos*.

Na sua edição da *Geographia*, K. Müller optou por *Katralaukós* e fez-lhe corresponder a forma latina *Catralaucus*.

A opção tem sido seguida por muitos autores.

Alguns têm sugerido *Kástra Leuká* (Tovar, 1976, p. 214; García, 2003, p. 100).

Parece ter passado despercebida uma nota de E. Florez, *ES*, XIV, pp. 111–112. O autor optou por *Cattaleucos* e considerou que se trata de tradução, para o grego, de um topónimo latino que seria *Ad Albos*. Citou, a propósito, as estações viárias de *Ad Aras* (aliás, *Ad Septem Aras*) e de *Ad Rubras* no *Itinerário de Antonino*.

Também Cortès y López (1836, p. 334), registando *Castraleucus* e *Cataleucus*, se perguntou se deveríamos entender *Castro Albo* ou *Ad Albos*.

No original da *Geographia* estaria *katà Leukós*? Os copistas, não entendendo que se tratava da preposição *katá* (a que, em latim, correspondia *ad*), terão juntado *katà* e *Leukós* numa só palavra, *Kataleukós* ou transcrito *Katrà*.

Em alternativa, podemos pensar num topónimo latino *Ad Leucum*.

No *Itinerário de Antonino* menciona-se uma estação *Leuciana* a oriente de *Augusta Emerita*, na estrada para *Caesaraugusta*. Pode tratar-se de uma forma adjectival transformada em substantivo. Neste caso, teríamos *Leuca* ou *Leucum* com o sufixo *-iana*.

Na Calábria havia uma cidade *Leuca*.

Parece-nos mais razoável, porém, pensar que o lugar citado por Ptolemeu tinha o nome latino de *Ad Albos*, que o geógrafo traduziu por *katà Leukós* ou *Leukous*.

A localização é ignorada. Não pode corresponder ao Crato (Jordão, 1859, p. LX), nem a Alcáçovas (Cardoso, 1747, s. v. Alcáçovas), nem a Alvalade (Cortès, 1836, p. 334). Estas propostas não são aceitáveis.

Se bem que as coordenadas geográficas de Ptolemeu não permitam a localização exacta, não deve descartar-se a hipótese de ficar na área de Estremoz / Vila Viçosa, onde as pedreiras de mármore branco e brilhante poderão ter dado origem ao topónimo *Ad Albos* (com subentendimento de *montes*).

No *Itinerário de Antonino*, na via de *Ebora* a *Augusta Emerita*, citam-se, como estações intermédias, *Ad Adrum flumen*, *Dipo* e *Evandriana*. É óbvio, pela contagem das milhas, que faltam estações neste percurso (Mantas, 2012, pp. 153–156). *Dipo* ficava em Talavera la Real (Almagro, Ripollès & Rodríguez, 2009). *Adrum flumen* seria o Caia? Não nos parece que deva identificar-se com o rio Xévora (Gorges & Rodríguez, 2000). Provavelmente, é entre Évora e o Caia que deve situar-se o lugar que procuramos. Estaria mencio-

nado no *Itinerário de Antonino* e seria uma das estações viárias que faltam para completar o percurso.

Um miliário em Évora Monte (Encarnação, 1984, p. 732) leva-nos a fazer passar por aqui a estrada. Talvez fosse depois a Estremoz e a Elvas. Poderia haver, no entanto, outro caminho, pela zona de Vila Viçosa. De qualquer forma, parecem-nos que é na área de Estremoz / Vila Viçosa que devemos procurar a estação de *Ad Albos*.

62. O nome de *Lapitae* em Panóias (Vila Real)

O santuário romano de Panóias tem sido objecto de numerosos estudos. É justo salientar, como mais relevantes, os de G. Alföldy (1997) e de A. Rodríguez Colmenero (1999).

Não pretendemos rever as interpretações globais que têm sido propostas para o santuário, mas apenas reflectir sobre o estranho nome *Lapitearum* que se lê numa das inscrições rupestres:

Diis deabusque aeternum lacuum omnibusque numinibus et Lapitearum cum hoc templum sacravit G(aius) C(...) Calp(urnius) Rufinus v(ir) c(larissimus). In quo hostiae voto cremantur

De inscrições dedicadas a deuses e deusas inominados há numerosos exemplos (Blázquez, 1995–2007; Cadotte, 2002–2003): *dii deaeque immortales*, *dii omnes*, *dii deaeque omnes*, *ceteri dii deaeque*, *ceteri dii immortales*. Nalguns casos, *deii* e *deae* levam um determinativo, como em *Dis deabusq(ue) Coniumbrig(ensium)* (Encarnação, 1975, pp. 175–176).

Lapitearum é genitivo de *Lapitae*. Tem sido este nominativo do plural considerado como um etnónimo. Dificilmente poderemos admitir um “povo” com a dimensão dos *populi* mencionados, para o Noroeste peninsular, por Plínio ou Ptolemeu, como *Bibali*, *Coelerni*, *Equaesii*, etc. Poderia ser, no entanto, um “povo” no sentido de gentes que habitariam naquele local de Panóias ou nas vizinhanças.

Sem se comprometer com uma explicação, Amílcar Guerra (1998, p. 489) escreveu:

Parece-me... que... não se deve excluir

a possibilidade de *Lapiteae* corresponder a uma formação adjectival derivada do termo latino *lapis*, com um *t* hipercorrecto.

O entendimento de *Lapitearum* como alomorfo de *Lapidearum* não põe problema. Se é certo que o abrandamento $t > d$ é mais comum do que o reforço $d > t$, não faltam exemplos literários ou epigráficos, como em *at* por *ad*, *aput* por *apud*, *quot* por *quod*. Se, nestes casos, temos um reforço da consoante final, não custa admiti-lo como possível numa consoante intervocálica.

Podemos ter, na inscrição de Panóias, uma consagração a todos os deuses, incluindo os dos (das) *Lapideae*.

Não nos parece forçoso considerar *Lapideae* como etnónimo. Não podemos descartar a hipótese de se tratar do nome dado ao local. Esse sítio, com numerosos penedos (ou rochas / fragas / lapas) sobre que se edificaram os templetos e onde se cavaram os tanques rituais poderia ser designado de *Lapideae*? Tal como hoje temos em Portugal lugares chamados Lapas ou Fragas (com ou sem determinativo), poderia na época romana chamar-se *lapideae* a um lugar com numerosos e impressionantes afloramentos rochosos?

Lívio 26, 17 refere-se a *Lapides Atros*, “Pedras Negras”, na Hispânia: *Hasdrubal Hamilcaris ad Lapides Atros castra habebat; in Oretanis is locus est inter oppida Illiturgum et Mentisum*. Plínio 3, 34, menciona *Lapidei campi*, “Campos Pedrosos”, no sul da Gália. Não encontramos exactamente *Lapideae* ou *Lapidae* como nome de lugar em qualquer ponto do mundo romano, mas a hipótese não nos parece descartável. Como topónimos encontramos *Lapedia* na ilha de Lesbos, *Lapethos* em Chipre, *Lapithaion* e *Lapithus mons* no Peloponeso (*Barrington Atlas*).

Neste caso, G. C. *Calpurnius Rufinus* teria invocado deuses e deusas e todos os númenos incluindo os daquelas rochas sobre as quais se ergueu o santuário.

63. Onde ficava a “paróquia” sueva de *Ad Saltum*?

O *Parochiale Suevum* regista uma *ecclesia* (isto é, uma paróquia) do bispado de Braga em *Ad Saltum* (David, 1947, p. 32).

Avelino de Jesus da Costa (1959, p. 136) identificou *Ad Saltum* com a actual freguesia de Santa Maria de Salto, no concelho de Montalegre. Com

ele concordou A. de Almeida Fernandes (1997, p. 62).

A coincidência toponímica e os vestígios de ocupação romana no concelho de Montalegre parecem dar razão a estes autores.

Não temos, porém, de localizar *Ad Saltum* numa zona muito povoada. *Saltus*, com seus determinativos, era designação comum na época romana para zonas de montanha pouco povoadas ou para áreas de floresta ou de pasto. Santo Isidoro de Sevilha ainda regista o mesmo sentido para a palavra.

O topónimo Salto também se encontra em Sobreda (concelho de Murça), não muito longe de Trêsmas e de Jales. Esta área mineira pode ter sido chamada *saltus*. Recordemos que *Saltus Castulonensis* era a zona mineira de *Castulo*.

Se, no *Parochiale Suevum*, as *ecclesiae* vêm registadas por ordem geográfica (Alarcão, 2001), *Ad Saltum* devia ficar entre a *ecclesia* de *Equesis* e o *pagus Pannonias*.

Armando Coelho (Silva, 1986, p. 284) sugeriu *Caladunum* como lugar (principal?) dos *Equaesii*. A localidade, na via de *Bracara Augusta* a *Aquae Flaviae*, ficaria na área de Vilar de Perdizes (Montalegre).

Por outro lado, *Pannonias* corresponde a Panóias (Vila Real).

Assim, não parece irrazoável a hipótese de *Ad Saltum* ficar entre Vila Pouca de Aguiar e Murça. Não é convictamente, porém, que apresentamos esta proposta. A localização das *ecclesiae* do *Parochiale Suevum* continua a ser problema sem definitiva solução.

64. A lendária sepultura do rei Rodrigo em Viseu

Na *Crónica de Afonso III* (em *Crónicas Asturianas*, p. 122) encontra-se referência a uma *basilica* de Viseu onde estaria um epitáfio *Hic requiescit Rodericus ultimus rex Gothorum*.

A leitura é fantasista. Mais fantasista ainda é o comprido texto de Manuel Botelho Ribeiro Pereira que, nos seus *Diálogos moraes e políticos*, escritos em 1630 [1955], o apresentou em latim e o traduziu:

Aqui jaz Rodrigo último rei dos Godos, maldito seja o furor impio de Julião que tão pertinaz e porfiado foi, maldita sua indignação por que foi tão dura, louco

e cruel o tornou a furia, animoso o fez a indignação, impetuoso o furor, esquecido da felicidade, desacordado da Religião, cruel para si mesmo, homicida contra o Senhor, inimigo dos de sua caza e nação, destruidor de sua patria, culpado e mal-feitor para com todos, amarga será em a boca de todos a sua memoria, e para sempre se apodrecerá, e corromperá seu nome.

Naquela *basilica* de Viseu havia possivelmente um epitáfio onde se leria *Hic requiescit Rudericus...* O resto do texto, não o podemos reconstituir, ainda que possamos supor a indicação da data do falecimento. Este Rodrigo não seria o último rei dos Visigodos, mas algum outro Rodrigo, de Viseu.

Que *basilica* seria essa onde se acharia, no século IX, o epitáfio? A tradição literária aponta a igreja de S. Miguel, mas a *Crónica de Afonso III* não permite fazer com segurança essa identificação.

Ivone Pedro e João L. Inês Vaz escavaram, em Viseu, na Praça de D. Duarte, a cabeceira de uma igreja. A potente muralha que sustenta o adro da Sé assentou transversalmente sobre a nave; se a não destruiu, oculta-a irremediavelmente.

Os autores dataram a construção dos séculos V–VI, baseados na cerâmica encontrada nos alicerces (Pedro & Vaz, 1995, pp. 346–347; Vaz, 2011, pp. 117–123). A datação não pode considerar-se segura, quer porque não é inequívoca a cronologia daquela cerâmica, quer porque, em qualquer caso, ela constitui

apenas um *terminus post quem*.

Historicamente, uma datação no século VI não é improvável, visto que o *Parochiale Suevum* atesta Viseu nessa data como sede episcopal; mas não é menos possível uma data nos inícios do século X. Da arquitectura da *basilica* não pode tirar-se nenhuma conclusão segura.

65. O aqueduto romano de Aeminium (Coimbra) e a sua renovação no século XVI

Por volta de 1527, Sá de Miranda escreveu a sua *Fábula do Mondego*. Aí encontramos referência aos monumentos romanos que ainda subsistiam na cidade: *Un arco triunfal / Las grotas i edificios romanos / Los luengos aqueductos ia mal sanos* (Brandão, 1972, p. 228; Alarcão, 2008, p. 38).

O arco triunfal ficava ao fundo da Couraça de Lisboa, na volta para a Couraça da Estrela. Temos dele uma fantástica representação na gravura de Coimbra desenhada por Hoefnagel em 1566 ou 1567 (Oliveira, 2010, p. 135) e uma descrição feita por D. Jerónimo Mascarenhas. Este autor, que escreveu em 1636 ou pouco antes, referiu-se a um “arco quadrangular, meio desfeito”, e acrescentou:

depois de destruída esta obra, ficando o arco dela, se sustenta somente em duas columnas, que antigamente era o arco quadrado, e como tal se sustentava em quatro columnas; e as duas que hoje permanecem (que a terceira está metida com

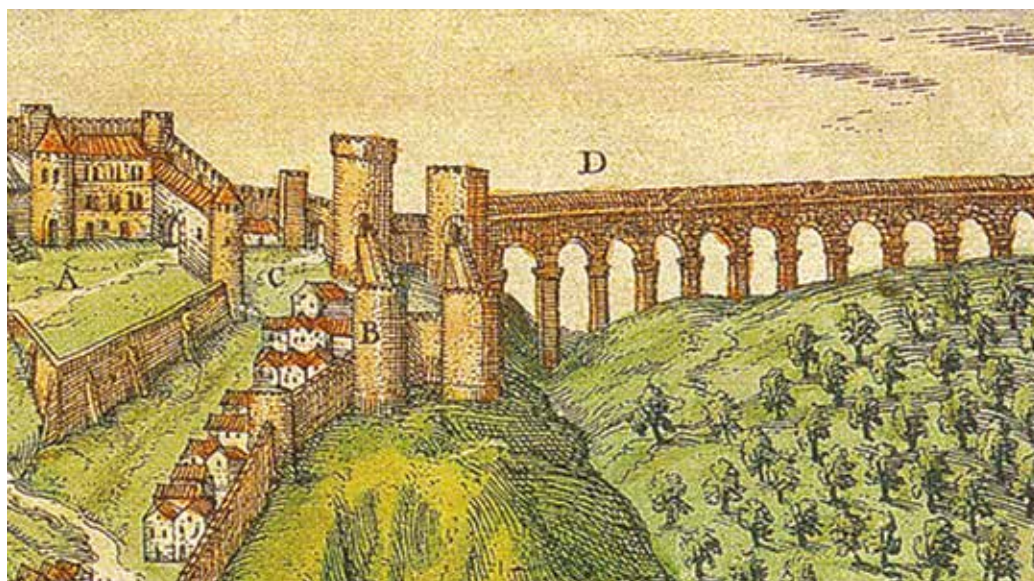


Fig. 2 – Pormenor da gravura de Coimbra de Hoefnagel com representação do aqueduto.

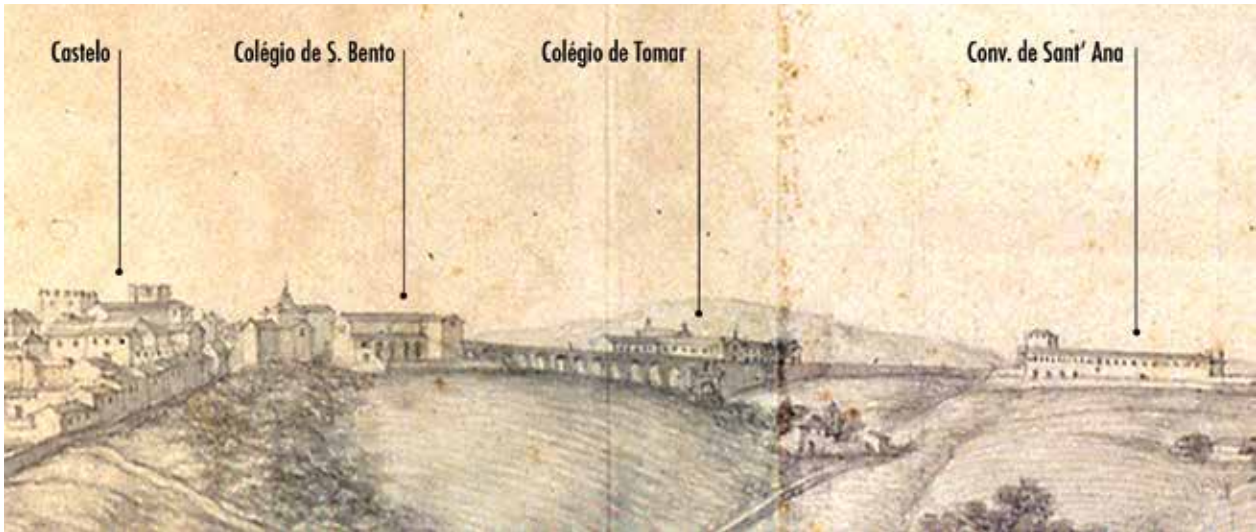


Fig. 3 – Pormenor da vista panorâmica de Coimbra desenhada por Baldi.

as obras do muro, e a quarta foi totalmente tirada, para que o caminho para o rio e para a ponte ficasse mais desafogado)... (Mascarenhas, 1956, pp. 279–280).

O que ainda restaria do arco foi totalmente demolido em 1778 (Alarcão, 2008, pp. 38–43, 209–211).

As *grotas* de Sá de Miranda eram o criptopórtico que subsiste sob o Museu Nacional de Machado de Castro. Seria conhecido, na toponímia local, como *covas*.

O termo *covas* (ou o castelhano *cuevas*) usava-se para designar subterrâneos, designadamente em castelos (Pérez de Tudela & *alii*, 1991, 107).

Estas *covas* romanas deram o nome à rua que contorna o Museu pelo sul e ocidente e depois desce à Sé. O nome já se encontra atestado nos inícios do século XII (*LP* 396, de 1106, onde se lê *domo sub illas covas*). São numerosas as referências à rua até ao século XIX (Loureiro, 1964, I, pp. 190–194). Em 1893, a designação oficial passou a ser Rua de Borges Carneiro, mas para a população coimbrã de mais idade continua a ser a Rua das Covas.

António de Vasconcelos (1930, p. 108) julgou poder explicar o nome da rua pelas “sepulturas abertas no adro [da Sé] onde ela começava” — e J. Pinto Loureiro (1964, I, pp. 192–193) concordou com a ideia. Amadeu Ferraz de Carvalho (1943, p. 103), porém, deu a correcta explicação:

Estas extensas e misteriosa galerias [as do criptopórtico], a que perfeitamente cabia o nome de *covas* ou *foveas*, deviam cau-

sar a mais funda impressão na imaginação popular... Tal a meu ver a origem do nome da rua.

Não sabemos que *edifícios romanos* seriam aqueles a que Sá de Miranda alude na *Fábula do Mondego*.

Dos *luengos aqueductos ia mal sanos* que o poeta correctamente identificou como romanos restam alguns arcos (que na toponímia local são conhecidos como Arcos do Jardim, por se acharem contíguos ao Jardim Botânico).

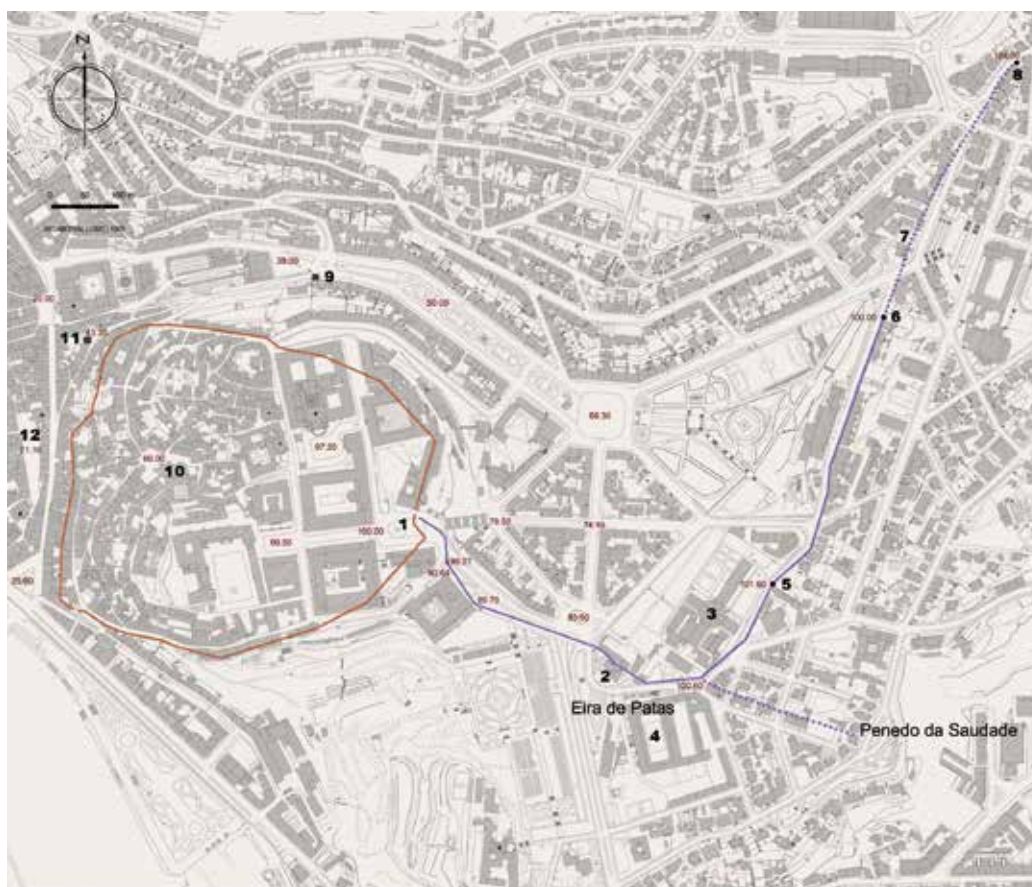
Se, nos inícios do século XVI, se encontravam “já mal sanos”, isto é, malsãos ou algo arruinados, continuariam a levar água à parte alta e amuralhada da cidade, a *almedina*.

Esta havia-se despovoado consideravelmente desde os finais do século XIII ou inícios do XIV a favor da parte baixa, extramuros, da cidade. A transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra em 1537 traduziu-se num acréscimo rápido da população da almedina (Oliveira, 1971, I, pp. 159–171), com a consequente necessidade de abastecimento de água. Um documento de 1560 fala do “muito crescimento do povo” (*LC* II, doc. LXXI).

O crescimento populacional exigia a reparação ou renovação do aqueduto — e este foi objecto de obras no reinado de D. Sebastião.

Na inscrição que se encontra num dos arcos do aqueduto, com data de 1570, lê-se que o rei

mandou reedificar de novo todo este aqueduto mais nobremente do que fora feito havia muitos anos, como consta pelo rasto que em todo elle se achou cuberto



1. Castelo 2. Casa-Museu Bissaia Barreto 3. Estabelecimento Prisional 4. Convento de Sant'Ana 5 e 6. Arcas de água 7. Fonte da Rainha 8. Fonte de Celas 9. Fonte dos Judeus 10. Sé Velha 11. Torre Velha 12. Praça

Fig. 4 – Proposta de traçado do aqueduto romano de Coimbra desenhado sobre a planta actual da cidade.

de árvores e pelos furos do penedo atrás e do monte da cidade que se acharão feitos, do qual com a longa velhice dos tempos e grande descuido dos homens não havia memória (Correia & Gonçalves, 1947, pp. 186–188).

O aqueduto chegava à cidade junto do castelo (Figs. 2 e 3). O *monte da cidade* era a almedina. Os *furos* que nele se acharam feitos seriam canalizações subterrâneas ainda de época romana? Terão algumas sido aproveitadas em 1570? Talvez uma delas tenha sido reutilizada para levar água ao chafariz da Sé nessa data construído e depois renovado, em 1610 ou 1611, pelo bispo D. Afonso de Castelo Branco (Carvalho, 1942, p. 171).

Por outro lado, os *furos do penedo atrás* correspondem ao troço subterrâneo do aqueduto no seu percurso mais a montante.

O aqueduto poderia ter sua nascença na Fonte de Celas (hoje, e desde há muito, seca) (Fig. 4). Parece-nos que esta deve identificar-se com a

Fonte del-Rei mencionada em carta de 1429 do Infante D. Pedro (Pimenta, 1958, carta III). O fontanário tem data de 1761 (Correia & Gonçalves, 1947, p. 188), mas, provavelmente, foi então apenas monumentalizado.

Vinha o aqueduto depois à *Fonte da Rainha*, também mencionada na referida carta do Infante. A fonte ficaria no sítio do actual Instituto Maternal Dr. Bissaia Barreto ou na encosta entre este e a Escola Secundária de José Falcão.

A *Fonte da Rainha* está documentada com este nome desde o século XII (designadamente no cartulário de mosteiro de Santa Cruz conhecido como *Livro de D. João Teotónio*, fls. 46–46v, 92v–95v, 102–102v).

Seguia depois o aqueduto pela *estrada de Celas*, a que hoje corresponde a Rua de Pedro Monteiro. Reconhece-se o seu traçado no interior da cerca do Estabelecimento Prisional de Coimbra e nas traseiras da Casa-Museu do Dr. Bissaia Barreto. Aqui, o cano deixava de ser subterrâneo e assentava sobre um paredão? Logo a seguir à dita Casa-Museu encontra-se o arco maior

do aqueduto — aquele onde se acha a inscrição de D. Sebastião. Na célebre panorâmica da cidade de Coimbra desenhada por Pier Maria Baldi em 1669 (Fig. 3) observa-se esse paredão (por detrás do qual se vê o Colégio de Tomar), seguindo até ao convento de Sant'Ana. É no sítio do demolido Colégio de Tomar que fica o Estabelecimento Prisional de Coimbra.

O percurso que traçamos era ainda bem recordado (ou mesmo visível) em 1886, quando Borges de Figueiredo publicou a sua *Coimbra Antiga e Moderna*. Segue o autor o traçado, com indicação das fontes ou arcas de água, desde o Largo de Sant'Ana até à Fonte del-Rei (Figueiredo, 1886, p. 325).

O aparelho de alvenaria do aqueduto, incaracterístico, pode deixar dúvidas sobre a sua origem romana. A inscrição de 1570, referindo que o rei *mandou reedificar de novo todo este aqueducto*, pode levar-nos à conclusão de que, no século XVI, se fez obra nova desde os fundamentos, embora seguindo o antigo traçado romano. Duas razões concorrem para julgarmos que a obra de D. Sebastião apenas reparou o velho aqueduto.

A superintendência dos trabalhos foi entregue a Heitor Borges. Ora, em 13 de Dezembro de 1568, o rei, dirigindo-se ao juiz, vereadores e procurador da cidade, escreveu: *ey por mais serviço de Deus e meu e bem do povo mandar levar esa aguoa [a da Fonte da Rainha] asy a feira [a Feira dos Estudantes, que se situava diante do Colégio de Jesus] e não somente esa senão a da fonte del Rey* (Carvalho, 1943, pp. 124–125, doc. CXLIX). E, em 31 de Janeiro de 1569, D. Sebastião escreveu de novo à Câmara, pedindo todo o apoio desta para o Doutor Heitor Borges, *que nessa çidade estaa em diligências de meu serviço* (Carvalho, 1943, pp. 159–160, doc. CLI)

Em função destas cartas, parece-nos que devemos datar do final de 1568 ou do início de 1569 os primeiros trabalhos de recuperação do aqueduto. Por outro lado, a inscrição acima referida tem data de 1570. Sem indicação de mês, podemos admitir que foi lavrada em Dezembro. De qualquer forma, temos de concluir que os trabalhos duraram, no máximo, dois anos completos. Não teria sido possível, nesse prazo, reerguer o aqueduto desde os fundamentos.

Por outro lado, na gravura de Hoefnagel (Fig. 2), datada, como dissemos, de 1566 ou 1567, e, portanto, imediatamente anterior às obras do aqueduto, mostram-se os arcos bem conservados.

A conclusão que parece impor-se é a de que a expressão *mandou reedificar de novo* é excessiva. O que Heitor Borges terá feito terá sido uma limpeza e recuperação de troços menos conservados. Eventualmente, podemos admitir uma reconstrução do canal condutor das águas, que se acharia entupido por sedimentos, concreções calcárias, vegetação.

No castelo, e no topo do aqueduto, calculamos uma cota de 99,27 m (reportada à rede geodésica nacional). Ora a inclinação de um aqueduto nunca era grande, para evitar o atropelo das águas. Vitruvius 8, 6, recomendava, como inclinação mínima, 1 sicílico por 100 pés, o que equivale a 0,00616 m por 29,5 m, ou a 0,615 m por 100 m, ou a um gradiente de cerca de 0,2% (Alarcão & Étienne, 1977, p. 58; Grenier, 1960, p. 29, com exemplos de inclinações superiores). O aqueduto do Convento de Cristo (Tomar), construído entre 1595 e 1619, apresenta declives de 0,2% a 0,6% e só em dois troços, na parte mais a montante, as percentagens sobem a 1% ou 1,5% (Antunes, 2012, p. 289).

A arca de água que ainda se conserva na Rua de Pedro Monteiro (e que data, provavelmente, do tempo de D. Sebastião), dista cerca de 700 m do castelo. Assumindo um gradiente de 0,2%, devia achar-se a 101,67 m. No pavimento da rua regista-se 101,60 m.

Assumindo que a cota, aí, seria a de 101,67 m, e considerando que desse ponto à Fonte da Rainha distariam cerca de 550 m, nesta última deveríamos ter, mantendo o declive de 0,2%, 102,77 m. Isto está de acordo com a cota do Instituto Maternal Dr. Bissaia Barreto, onde situámos a dita fonte. Põe-se-nos um problema relativamente à Fonte de Celas, que identificámos com a Fonte del Rei e considerámos a origem do aqueduto. Situada esta à cota de 124,00 m, e dado que a distância da Fonte da Rainha à Fonte del-Rei é de cerca de 350 m, o gradiente seria muito superior aos 0,2%. Ou o aqueduto romano não ia até esta fonte, ou teria quedas nesse troço, eventualmente com bacias de recepção nesses pontos. Podemos ainda observar que não é incomum os aquedutos terem, na parte inicial, um declive muito superior à média.

A integração da Fonte de Celas no percurso do aqueduto romano não é, porém, óbvia. O aproveitamento desta nascente poderá ter sido feito apenas no tempo de D. Sebastião?

Devemos acrescentar que, ao longo do seu percurso, o aqueduto, romano ou de D. Sebas-

tião, podia captar águas de outras nascentes. A este propósito, é útil recordar que, por volta de 1429, sendo duque de Coimbra o Infante D. Pedro, o alcaide da cidade procurou captar as águas de uma *fonte nova* (Cruz, 1968, pp. 101–103, 121–123). Tem sido esta erradamente identificada com a *Fonte dos Judeus* que existia ao fundo da Rua da Fonte Nova ou com uma fonte no claustro de Santa Cruz (Veloso, 2012, p. 177). Tal identificação é impossível. A *Fonte dos Judeus* (Fig. 4) ainda mantinha esse nome no século XVI e, provavelmente, só foi chamada Nova no século XVIII, quando aí se fez um chafariz monumental. A *fonte nova* do tempo do Infante ficaria entre o Largo de Santana e o Penedo da Saudade (Fig. 4). O alcaide e os seus homens já traziam a água até *Eira de Patas* e este era o nome que então se dava a uma área onde no século XVII viria a ser construído o convento de Sant'Ana. O projecto seria o de aproveitar esta *fonte nova* para reforçar o débito do aqueduto. Diz-se na memória de Santa Cruz (Cruz, 1968, p. 101) que o alcaide pretendia

fazer hir [a água] a see e fazerem hy huum chafariz e outros na praça e que esta augua iria per hũa hilharga da torre velha ou per o adro dos Judeus ataa praça quando a see nom podese ir. E outros diziam que fezesse huum chafariz a so a porta do castello.

Manifestamente, a intenção era reforçar o caudal do aqueduto e, do castelo, levar a água até um chafariz no adro da Sé. Se a condução da água até um chafariz junto da Sé se revelasse difícil ou impossível (os canos de origem romana que eventualmente ainda existiam poderiam estar obstruídos e a abertura de novas canalizações poderia revelar-se impraticável numa área da alameda densamente construída), far-se-ia uma conduta que, ao longo da muralha, mas pelo exterior desta, iria à *torre velha*. Esta era a primitiva torre sineira de Santa Cruz, que ficava no meio da Judiaria (e à qual estava encostada a também primitiva torre do Prior) (Fig. 4).

66. O convento velho de S. Domingos de Coimbra e o subúrbio da cidade na primeira metade do século XIII

D. Pedro Soares, bispo de Coimbra (1192–1232), concedeu *Domno Suerio de Ordine Praedicatorum*

priori, licentiam praedicandi per totum Colimbriensem episcopatum, “a D. Soeiro, prior da Ordem dos Pregadores, licença para pregar em todo o bispado de Coimbra”.

Este *Domnus Suerius* foi Frei Soeiro Gomes. Já se achava no reino em 1218 (Rosário, 1965; Gomes, 2006, p. 377). Nesta data, porém, ainda os Dominicanos (ou Pregadores) não tinham mosteiro em Coimbra. A fundação do convento deve ter ocorrido no final da década de 1220 (Coelho & Matos, 1986, pp. 43–44). Frei Soeiro Gomes morreu em Fevereiro de 1233 (Rosário, 1965, p. 228).

Em 1240, os *fratres predicatorum Colimbrie comorantes* celebraram um acordo com o bispo D. Tibúrcio (1234–1246), a quem entregaram uma terra situada no *arenatum Colimbrie* a troco de outras propriedades localizadas na paróquia de Santa Justa, na *Ficulnea Vetera juxta monasterium fratrum predicatorum*. Em 1242, a infanta D. Teresa, filha de D. Sancho I, ratificou uma doação, feita aos Pregadores, de certos terrenos que havia comprado aos mosteiros de Lorvão e de Celas, bem como à igreja de S. Pedro, *in loco qui dicitur Ficus vetus* (Rosário, 1965, pp. 246–247; Coelho & Matos, 1986, p. 43; Gomes, 2006, p. 381). Por se tratar de ratificação, devemos presumir que a compra e a doação desses terrenos foi (bastante?) anterior.

O nome de *arenatum* subsiste no actual de Arnado, que hoje designa um largo de Coimbra. No século XIII, o *arenatum* abrangia área bem mais lata, ao longo da margem direita do rio.

A *Ficulnea Vetera* ou o *loco qui dicitur Ficus vetus* ficava entre a actual rua Direita (que se chamou da Figueira Velha) e o local onde se ergueu o convento dominicano.

As obras do convento, se não estavam concluídas em 1240–1242, deviam ir avançadas.

O convento manteve-se no local, mesmo à beira do rio, até aos meados do século XVI. A partir do século XIV, porém, começou a sofrer com as cheias do Mondego e, em 1346, Rui Garcia do Casal financiou obras no dormitório, que estava muito danificado pelas inundações (Coelho & Matos, 1986; Alarcão, 2012, pp. 102–103).

Um diploma pontifício de 1506 autorizou a mudança do convento para outro local (Gonçalves, 1982). A mudança, no entanto, não foi imediata, e em 1521 ainda os frades promoveram a remodelação do telhado da igreja

Fig. 5 – Pormenor da planta de Coimbra desenhada em 1845, com indicação do sítio do antigo convento de S. Domingos e da implantação do convento novo na Rua da Sofia.



(Gomes, 2006). Em 1539, o colégio universitário dos Dominicanos foi provisoriamente instalado no convento (Vasconcelos, 1987, p. 185). Mudaram-se depois os Dominicanos para um novo convento na rua da Sofia. A rua foi projectada em 1535 e nela vieram a edificar-se diversos colégios universitários. Frei Brás de Braga, prior de Santa Cruz e grande mentor das obras daquela rua, cedeu à Ordem dos Dominicanos um chão de 45 braças (cerca de 83 m) para o mosteiro e de 35 (cerca de 64 m) para o colégio da Ordem, devendo entre os dois edifícios abrir-se uma rua no sentido do rio (Lobo, 2006, pp. 97–98). Na planta da cidade de Coimbra desenhada em 1845 por Isidoro Emílio da Expectação Baptista (Fig. 5) assinalam-se o sítio do convento antigo, o convento novo da rua da Sofia e o Colégio dominicano de S. Tomás de Aquino (que viria a ser residência dos condes do Ameal e é hoje o Palácio da Justiça). A área do convento velho era

então conhecida como Chão da Torre e, aparentemente, ainda subsistiam alguns vestígios da torre sineira.

Na famosa gravura panorâmica de Coimbra desenhada em 1566 ou 1567 por Hoefnagel (Oliveira, 2010, p. 135) (Fig. 6) ainda se vê o convento velho com sua cerca, num desenho algo fantasista. Talvez nessa data ainda não estivessem concluídas as obras da rua da Sofia e o convento velho não se achasse completamente abandonado.

Com a posterior urbanização desta parte da cidade perdeu-se a ideia da exacta localização do mosteiro.

Escavações realizadas em 2008–2009 pela empresa Arqueohoje e dirigidas por Vítor Dias e João Perpétuo descobriram parte da ala poente do claustro e construções anexas, hoje a cerca de 9 m abaixo do nível de circulação da avenida de Fernão de Magalhães.

Por outro lado, Saul A. Gomes publicou uma

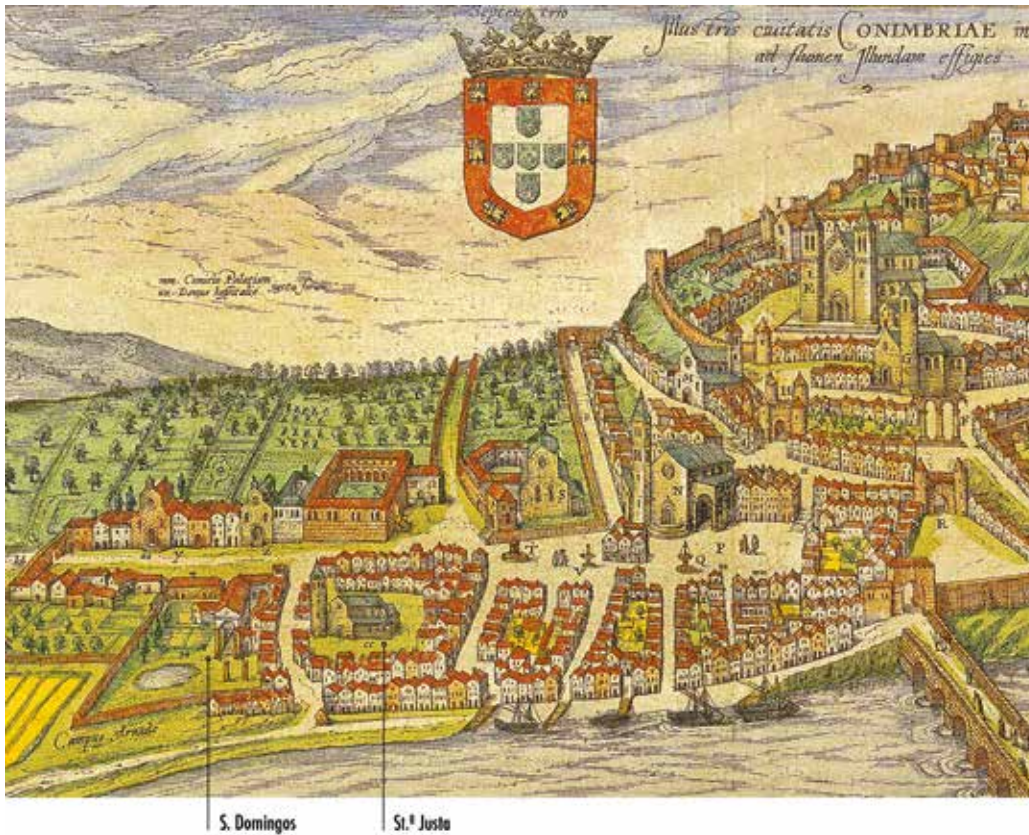


Fig. 6 – Pormenor da gravura de Coimbra de Hoefnagel com representação dos conventos de S. Domingos e de Santa Justa.

planta da igreja desenhada em 1521 (Gomes, 2006).

A conjugação desta planta com o levantamento topográfico das ruínas escavadas em 2008–2009 (levantamento ao qual tivemos acesso graças à amabilidade da empresa Arqueohoje) permite-nos recompor e situar na malha urbana actual a planta do conjunto monástico (Figs. 7 e 8). Se bem que não tenham sido alcançados vestígios da igreja, a planta de 1521 e a gravura de Hoefnagel não deixam dúvidas de que ela se achava a sul do claustro.

A igreja, de grandes dimensões (cerca de 33 m de comprimento), tinha três naves e sete tramos, um transepto comprido e uma cabeceira com capela-mor e dois absidiolos de cada lado. Podemos imaginar-lhe o alçado (Fig. 8). A planta do século XVI apresenta no mesmo

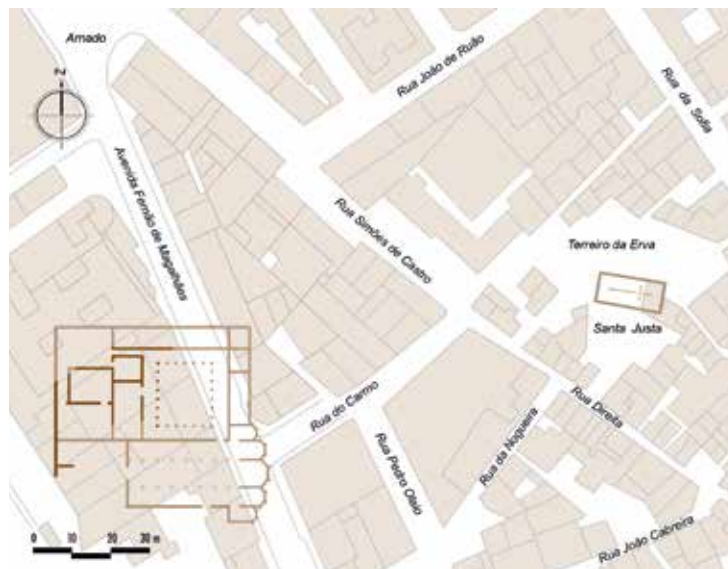


Fig. 7 – Localização do desaparecido convento de S. Domingos na planta actual de Coimbra.

recto alinhamento as cabeceiras da capela-mor e dos absidiolos. Talvez o autor do desenho, porque este foi feito para calcular a área do corpo da igreja que devia receber telhado novo, não tenha julgado útil a representação correcta da cabeceira. Esta não seria escalonada, como a representamos na nossa figura? Reconstituímos o claustro como quadrado. A

Fig. 8 – Planta restituída do convento velho de S. Domingos e corte hipotético do que seria a igreja.

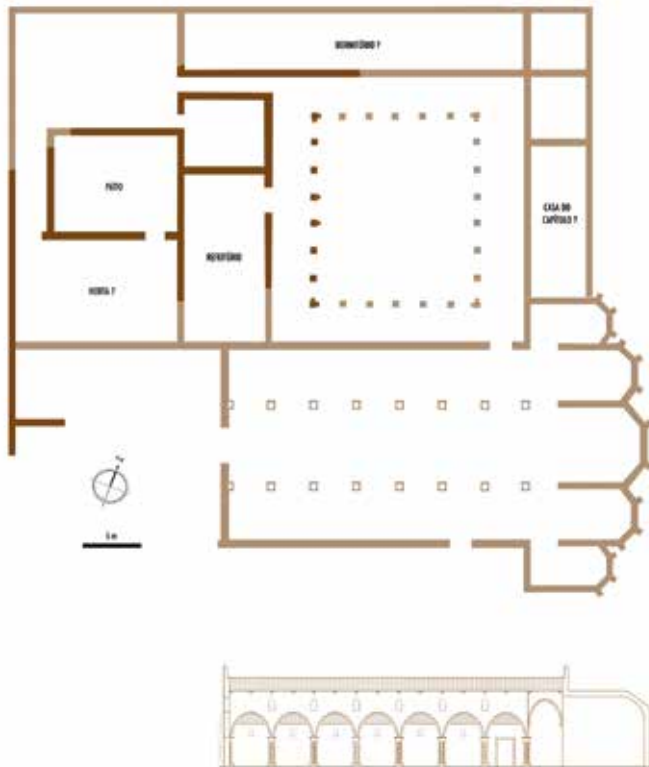
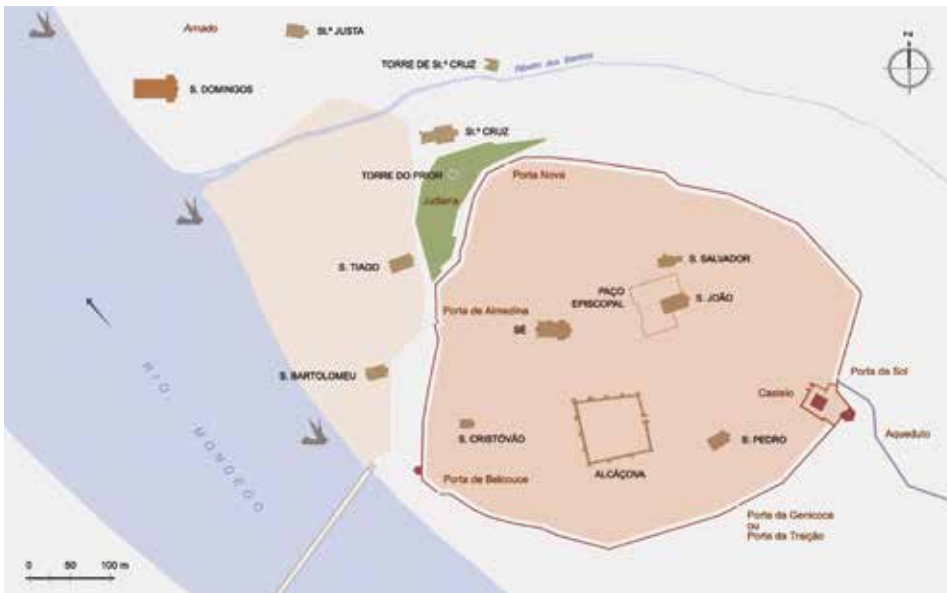


Fig. 9 – Planta sumária de Coimbra no século XIII.



as escavações não alcançaram, a noroeste, podemos supor cozinha, adegas e celeiro.

Dominicanos e Franciscanos, tanto em Portugal como noutras cidades europeias, privilegiaram as áreas extramuros, as periferias urbanas, as zonas baixas (Marado, 2018). O convento de S. Domingos de Coimbra foi erguido fora da área então urbanizada do subúrbio, que, na primeira metade do século XIII, não devia ultrapassar a actual rua de João Cabreira. Na Fig. 9 representamos a área amuralhada da cidade, a Judiaria e o subúrbio com a extensão que teria no século XIII.

Fora da almedina e do subúrbio urbanizado ficavam os outros conventos que então existiam na margem direita do rio: o de Santa Cruz, o de Santa Justa e o de Celas (este, em lugar que a nossa Fig. 9 já não abrange). Em Santo Antão dos Olivais (também fora da nossa carta) tiveram primeira e precária residência, no tempo de D. Afonso II, os Franciscanos, que viriam a construir seu mosteiro na margem esquerda do Mondego nos meados do século XIII (David, 1943, pp. 94–95). Também na margem esquerda do

sala do capítulo ficaria na ala oriental e o dormitório, na ala norte. O refeitório estava do lado ocidental, onde os responsáveis pela escavação correctamente o identificaram. Os arqueólogos reconheceram ainda um pátio e uma área de horta ou jardim. No canto que

rio ficava o convento de Celas da Ponte. Na mesma margem viria a ser construído, a partir de 1314, por iniciativa da rainha D. Isabel, o mosteiro de Santa Clara (no lugar de um modesto cenóbio que havia sido fundado por D. Mor Dias em 1286).

Bibliografia citada

AE = *L'Année Épigraphique*. Paris.

ALARCÃO, Jorge de (1999) – Três notas sobre o Alentejo romano. *Al-Madan*. 2.ª série. 8, pp. 72–74.

ALARCÃO, Jorge de (2001) – As paróquias suélicas do território actualmente português. In VILLAR LIÉBANA, Francisco; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Pilar, eds. – *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania. Actas del VIII Coloquio Internacional sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica, Salamanca, 1999*. Salamanca: Universidad, pp. 29–59.

ALARCÃO, Jorge de (2006) – As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita. *Conimbriga*. 45, pp. 211–251.

ALARCÃO, Jorge de (2008) – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Universidade.

ALARCÃO, Jorge de (2018) – *A Lusitânia e a Galécia do séc. II a. C. ao séc. VI d.C.* Coimbra: Universidade.

ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert (1977) – *Fouilles de Conimbriga. I. L'architecture*. Paris: De Boccard.

ALFÖLDY, Géza (1997) – Die Mysterien von Panóias (Vila Real, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. 38, pp. 176–246.

ALMAGRO GORBEA, Martín; RIPOLLÈS ALEGRE, Pere Pau; RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco Germán (2009) – Dipo. Ciudad tartésico-lusitana en el valle del Guadiana. *Conimbriga*. 48, pp. 5–60.

ANTUNES, Tiago Molarinho (2012) – O aqueduto do Convento de Cristo, em Tomar. Análise preliminar da estrutura hidráulica. *Revista Portuguesa de História*. 43, pp. 265–289.

Barrington Atlas = TALBERT, Richard, A, J., ed. – *Barrington Atlas of the Greek and Roman World*. Princeton: Princeton University Press.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (1995–2007) – La fórmula *dii et deabus*. *Sintria*. 3–4, pp. 73–78.

BRANDÃO, Mário (1972) – *Estudos vários*. Coimbra: Universidade.

CADOTTE, Alain (2002–2003) – *Pantheus et dii deaeque omnes*. Les formules de synthèses divines en Afrique du Nord. *Antiquités Africaines*. 38–39, pp. 55–72.

CARDOSO, Luís (1747) – *Diccionario Geografico*, I. Lisboa: Officina Sylvana.

CARDOZO, Mário (1965) – *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

CARDOZO, Mário (1972) – *Catálogo do Museu de Martins Sarmento. Secção de Epigrafia latina e de escultura antiga*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

CARVALHO, Amadeu Ferraz de (1943) – Toponímia de Coimbra e arredores. In *Coimbra. Colectânea de estudos organizada pelo Instituto de Coimbra*. Coimbra: O Instituto, pp. 87–151 (Também publicada na revista *O Instituto*, vol. 87, de 1934).

CARVALHO, José Branquinho de (1943) – *Cartas originais dos reis enviadas à Câmara de Coimbra (1480–1571)*. Coimbra: Câmara Municipal (Separata de *Arquivo Coimbrão*, vols. 6 a 8).

CARVALHO, Rogério (1988) – Miliário de Campo Maior. *Ficheiro Epigráfico*. 25, n.º 114.

CIL II = *Corpus Inscriptiones Latinarum*. Berlim: Academia das Ciências, 1869 e 1892.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MATOS, João José da Cunha (1986) – O convento velho de S. Domingos (Contributo para a sua história). *Arquivo Histórico Dominicano*. 3:2, pp. 41–53.

CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira (1947) – *Inventário Artístico de Portugal. II. Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional das Belas Artes.

CORTÉS Y LÓPEZ, Miguel (1836) – *Diccionario geográfico-histórico de la España Antigua*, II. Madrid: Imprenta Nacional.

COSTA, Avelino de Jesus da (1959) – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, I. Coimbra: Universidade.

Crónicas Asturianas. Publicadas por Juan Gil Fernández, José L. Moralejo e Juan Ruiz de la Mata. Oviedo: Universidad, 1985.

CRUZ, António (1968) – *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública Municipal.

DAVID, Pierre (1943) – *A Sé Velha de Coimbra. Das origens ao século XV*. Porto: Portucalense Editora.

DC = *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867.

DERKS, Ton (2009) – Ethnic identity in the Roman frontier. The epigraphy of Batavi and other Lower Rhine tribes. In DERKS, Ton; ROYMANS, Nico, eds. – *Ethnic constructs in Antiquity: the role of power and tradition*. Amsterdam: Amsterdam University Press, pp. 239–282.

ENCARNAÇÃO, José d' (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

- ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1988) – Miliário de Severo Alexandre em Campo Maior. *Ficheiro Epigráfico*. 25, n.º 115.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1989) – A população romana de Campo Maior. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 29, pp. 83–94.
- ES = FLÓREZ, Enrique (1758) – *España Sagrada*, XIV. Madrid: Antonio Marin.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1997) – *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense; Câmara Municipal de Tarouca.
- FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de (1886) – *Coimbra Antiga e Moderna*. Lisboa: Livraria Ferreira. Com nova edição fac-similada por Almedina, Coimbra, 1996.
- GARCÍA ALONSO, Juan Luis (2003) – *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- GOMES, Saul António (2006) – A igreja de S. Domingos de Coimbra em 1521. *Arquivo Coimbrão*. 39, pp. 377–396.
- GONÇALVES, António Nogueira (1982) – A igreja do Convento de S. Domingos na Rua da Sofia. *Mundo da Arte*. 3, pp. 2–11.
- GORGES, Jean-Gérard; RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco Germán (2000) – Voies romaines, propriété et propriétaires à l'ouest de Mérida: problèmes d'occupation du sol en moyenne vallée du Guadiana sous le Haut-Empire. In GORGES, Jean-Gérard; NOGALES BASARRATE, Trinidad, eds. – *Sociedad y cultura en Lusitania romana*. Mérida; Badajoz: Junta de Extremadura, pp. 101–153.
- GORGES, Jean-Gérard; RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco Germán (2004) – Los territorios antiguos de Mérida. Un estudio del *territorium Emeritense* y de sus áreas de influencia. In NOGALES BASARRATE, Trinidad, ed. – *Augusta Emerita. Territorios, espacios, imagines y gentes en Lusitania romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 93–128.
- GRENIER, Albert (1960) – *Manuel d'archéologie gallo-romaine. IV. Les monuments des eaux. Aqueducs-thermes*. Paris: Éditions A. et J. Picard et C^o.
- GUERRA, Amílcar Manuel Ribeiro (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular* (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).
- ISIDORO DE SEVILHA, *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- Itinerário de Antonino*. In ROLDÁN HERVÁS, José Manuel, *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Valladolid: Universidad; Granada: Universidad.
- JORDÃO, Levy Maria (1859) – *Portugalliae Inscriptioes Romanas*. Lisboa: Typis Academicis.
- LC = Livro 2.º da Correia (Cartas, provisões e alvarás régios registados na Câmara de Coimbra, 1273–1754). Organização, leitura e notas de José Branquinho de Carvalho. Coimbra: Câmara Municipal.
- LÍVIO = Tite-Live, *Histoire romaine*, tome XVI, Livre XXVI. Texte établi et traduit par Paul Jal. Paris: Les Belles Lettres.
- Livro de D. João Teotónio* (Cartulário do Mosteiro de Santa Cruz no Arquivo Nacional da Torre do Tombo).
- LOBO, Rui (2006) – *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e urbanismo no séc. XVI*. Coimbra: Universidade.
- LOUREIRO, José Pinto (1964) – *Toponímia de Coimbra*. 2 vols. Coimbra: Câmara Municipal.
- LP = Livro Preto. *Cartulário da Sé de Coimbra. Texto integral*. Com direcção e coordenação editorial de Manuel Augusto Rodrigues e direcção científica de Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.
- MANTAS, Vasco Gil (2012) – *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- MARADO, Catarina Almeida (2018) – *Arquitectura conventual e cidade medieval. A formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MASCARENHAS, Jerónimo de (1956) – História da cidade de Coimbra. Lida e publicada por José Pires da Silva. *Arquivo Coimbrão*. 14, pp. 235–285.
- OLIVEIRA, António de (1971) – *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- OLIVEIRA, António de (2010) – *Pedaços de história local*. 2 vols. Coimbra: Palimage.
- Parochiale Suevum* = DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du V^e au XII^e siècle*. Lisboa: Livraria Portugália Editora; Paris: Les Belles-Lettres.
- PEDRO, Ivone; VAZ, João L. Inês (1995) – *Basílica e necrópole altomedievais de Viseu*. In *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, pp. 343–352.
- PEREIRA, Manuel Botelho Ribeiro (1630) [1955] – *Dialogos moraes e políticos*. Viseu: Revista Beira Alta.
- PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, María Isabel; HUETE FUDIO, Mario; LLULL MARTÍNEZ DE BEDOYA, Pilar; PARRAL PUERTA, Juan; SOLIS PARGA, Pilar (1991) – *Arquitectura militar castellano-leonesa. Significado histórico y glosario (s. VI–XIII)*. Madrid: Asociación Cultural Castellum.

PIMENTA, Belisário (1958) – As cartas do Infante D. Pedro à Câmara de Coimbra. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 23, Coimbra, pp. 453–524.

PLÍNIO = Pline l'Ancien, *Histoire Naturelle*. Texte établi, traduit et commenté par Hubert Zehnacker. Paris: Les Belles Lettres, 1998.

PTOLEMEU = MÜLLER, Karl, ed. (1883) – *Claudii Ptolemaei Geographia*. I, 1. Paris: Firmin-Didot.

REDENTOR, Armando José Mariano (2011) – *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars occidentalis): percursos pela sociedade brácaro da época romana* (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio (1999) – *O santuário rupestre galaico-romano de Panóias (Vila Real, Portugal)*. *Novas achegas para a sua interpretação global*. Vila Real: Câmara Municipal.

ROSÁRIO, António do (1965) – Primórdios dominicanos em Portugal. *Bracara Augusta*. 18–19, pp. 205–249.

SALLER, Richard (1984) – *Familia, domus and the Roman conception of the family*. *Phoenix*. 38:4, pp. 336–355.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal.

SOUSA, Frei Luís de (1977) – *História de S. Domingos*. Edição preparada por Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão.

TOVAR LLORENTE, Antonio (1976) – *Iberische Landeskunde. II. Band 2. Lusitanien*. Baden-Baden: Valentin Koerner.

VASCONCELOS, António Ribeiro Garcia de (1930) – *Sé Velha de Coimbra. Apontamentos para a sua história*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

VAZ, João L. Inês (2011) – A arquitectura paleocristã da Lusitânia Norte. *Máthesis*. 20, pp. 99–128.

VITRÚVIO = *Vitruve*. Edição de Auguste Choisy. Paris: Imprimerie-Librairie Lahure, 1909.